

TRANSMASCULINIDADES E SAÚDE SEXUAL/REPRODUTIVA: ACOLHIMENTO E DESAFIOS NA FORMAÇÃO MÉDICA

Francisco Baltazar Venâncio¹; João Elias de Araújo Neto²; Anny Louise Lima de Oliveira³; Maria Eduarda Santos Fernandes⁴; Shirley Gabriella Ferreira Moura⁵.

¹FACENE/RN; ²FACENE/RN; ³FACENE/RN; ⁴FACENE/RN; ⁵FACENE/RN.

franciscobaltazar@facenemossoro.com.br

Introdução: Homens trans e pessoas transmasculinas enfrentam diversas barreiras no acesso à saúde sexual e reprodutiva, incluindo desinformação dos profissionais, estigmatização, inadequação dos espaços clínicos e experiências anteriores de violência institucional. Essa exclusão resulta em abandono de cuidados preventivos essenciais, como exames de rastreio de câncer ginecológico, planejamento reprodutivo, e configura uma violação dos direitos dessa população. No Brasil, apesar dos avanços legais e da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT+ (PNSI LGBT/2011), a formação médica ainda é insuficiente para garantir um atendimento inclusivo, ético e pautado no acolhimento de populações vulneráveis.

Objetivo: O presente trabalho se propõe a analisar os principais desafios enfrentados por pessoas transmasculinas no acesso à saúde sexual e reprodutiva a partir da reflexão acerca das lacunas na formação médica que contribuem para a perpetuação da exclusão e da negligência assistencial.

Metodologia: Foi realizada uma revisão de literatura a partir de buscas nas bases *SciELO*, *PubMed* e *LILACS*, utilizando os descritores "*Transgender men*" AND "*reproductive health*" acompanhados do operador booleano AND. Foram incluídos 18 trabalhos publicados entre os anos de 2015 a 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordavam a relação entre pessoas transmasculinas e o sistema de saúde, com ênfase na experiência de atendimentos de cunho sexual e reprodutivo. Paralelamente, foram analisadas as grades curriculares de 30 cursos de medicina públicos e privados de diferentes regiões do país, para avaliar a presença de conteúdos relacionados à saúde LGBTQIAPN+.

Resultados: A análise evidenciou ausência ou superficialidade de conteúdos sobre diversidade de gênero em quase todas as grades curriculares avaliadas. A literatura aponta insegurança técnica e emocional no atendimento por parte dos profissionais, muitas vezes utilizando linguagem inadequada e reforçando estigmas. Da perspectiva dos pacientes, os principais motivos para evitar o atendimento incluem medo de discriminação, disforia de gênero causada por espaços e equipamentos de saúde, uso de nomes e pronomes incorretos, e sobretudo falta de preparo dos profissionais. Algumas iniciativas pontuais, como ligas acadêmicas e projetos de extensão, mostraram impacto positivo na formação, mas ainda são iniciativas isoladas. Observa-se que a negligência da saúde sexual e reprodutiva de pessoas transmasculinas não decorre apenas de preconceito individual, mas de uma falha estrutural no modelo biomédico que ainda é base da





formação médica tradicional. **Conclusão:** É necessário repensar o currículo a partir de uma perspectiva de direitos humanos, incorporando conteúdos de saúde LGBTQIAPN+ desde os primeiros anos da graduação. A escuta qualificada, o uso correto do nome e pronome, e a oferta de espaços seguros são práticas mínimas exigidas para um cuidado equitativo e ético. A saúde sexual e reprodutiva de pessoas transmasculinas deve ser reconhecida como parte integrante da atenção integral à saúde e da luta por equidade. Para isso, é urgente que as escolas médicas se distanciem da abordagem cisnormativa e implementem uma formação que prepare para um cuidado sensível e acolhedor, independentemente da identidade de gênero. A construção de um cuidado verdadeiramente inclusivo exige não apenas mudança de conteúdo, mas de postura, escuta e compromisso com os direitos humanos.

Palavras-chave: Pessoas Transmasculinas. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Formação Médica.

Área Temática: EQUIDADE E DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE

